

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO № 020/2022 PROCESSO № 076/2022

O MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, por intermédio da Divisão de Licitação e Contratos, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local indicados fará realizar licitação, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. A sessão pública será conduzida pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, nomeados pela Portaria nº 52.978, de 20 de janeiro de 2021, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, em seus Anexos e, em estrita observância aos ditames legais vigentes, que regem as contratações públicas.

MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO DE LICITAÇÃO

MENOR PREÇO POR ITEM

REGÊNCIA DO PROCEDIMENTO:

Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Complementária nº 123/06 e suas alterações, Decreto Municipal nº 4.096/2005, Decreto Municipal nº 4.098/2005, Decreto Municipal nº 4.906/2010, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Federal n.º 10.024/19

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de brinquedos playground para Escolas de Educação Infantil do Município, conforme descrito no Anexo I - Termo de Referência, que é parte integrante deste edital.

DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: A sessão pública do pregão será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia 18 de março de 2022, com início às 08h30min, horário de Brasília-DF. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito, até às 08h29min do mesmo dia.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

1. DO OBJETO

1.1. O presente Pregão tem por objeto a aquisição de brinquedos playground para Escolas de Educação Infantil do Município, conforme descrito no Anexo I - Termo de Referência, que é parte integrante deste edital.

2. DA CONDIÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os licitantes que:
 - 2.1.1 desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto licitado;
 - 2.1.2 atendam às exigências constantes neste edital e dos seus anexos, inclusive quanto à documentação requerida;
 - 2.1.3 estejam devidamente cadastrados junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.
 - 2.1.3.1 Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 2.2. Constituem impedimentos à participação na presente licitação:
 - 2.2.1 a suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Campo Bom, no prazo e nas condições do impedimento, ou cujos diretores, sócios ou dirigentes tenham participado de outra pessoa jurídica que, da mesma forma, tenha sido suspensa de licitar ou de contratar, garantidos o contraditório e a ampla defesa na segunda hipótese;
 - 2.2.2 atuar em ramo divergente de atividade da qual se relaciona o objeto deste certame;
 - 2.2.3 ter sido declarada como inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, no prazo e nas condições da declaração;
 - 2.2.4 estar em regime de concordata, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
 - 2.2.5 a reunião de empresas em consórcio, ainda que controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 - 2.2.6 tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ocupantes de cargos de direção ou no





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados à administração municipal;

- 2.2.7 ser servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao Município de Campo Bom, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico;
- 2.2.8 ser estrangeira que não funcione no país;
- 2.2.9 esteja descumprindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. A licitante deverá efetuar seu credenciamento junto ao órgão provedor, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, devendo estar apto para participar e formular lances, por meio eletrônico.
- 3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 3.3. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade integral e a presunção de sua capacidade operacional para realizar as transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Campo Bom, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. DO LOCAL, DIA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA

- 4.1. A sessão pública será realizada no *site* <u>www.portaldecompraspublicas.com.br</u>, no dia <u>18</u> de março de 2022, com início às 08h30min horário de Brasília DF.
- 4.2. Para a participação neste certame, as empresas deverão apresentar propostas através do *site* descrito até às **08h29min** do mesmo dia, horário de Brasília-DF.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

5. DO PROCEDIMENTO

- 5.1. O modo de disputa adotado para este procedimento será o "Aberto", na forma dos artigos 31, inciso I e 32 do Decreto Federal n.º 10.024/19.
- 5.2. Na data e hora estabelecidos por este instrumento, será dado início à sessão pública via sistema eletrônico e o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
 - 5.2.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.
 - 5.3.1. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.
- 5.4. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 5.5 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 5.6. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a etapa de negociação com o(s) licitante(s) que tenha(m) apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.
 - 5.6.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.7. O licitante, após a negociação, classificado em primeiro lugar deverá, <u>no prazo</u> <u>improrrogável de duas horas,</u> anexar no sistema eletrônico a proposta atualizada, adequada ao último lance proposto, após a negociação com o pregoeiro.
 - 5.7.1. Quando em determinado item, não houver sucessão de lances e, não haver negociação de novo valor com o pregoeiro ou ainda por qualquer outro motivo não houver





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

alteração no valor proposto originário, quando do cadastro da proposta, não haverá a necessidade de envio de nova proposta, conforme exige o item 5.6.

- 5.8. Encerrada a etapa de negociação, recebida a proposta atualizada (quando for o caso), o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto (catálogos e descrições técnicas, quando exigidos) e, à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação. Em ato contínuo, verificará a habilitação da licitante conforme disposições do edital.
- 5.9. Em se tratando de registro de preços, deverá o pregoeiro realizar a consulta se os demais classificados aceitam integrar o cadastro de reservas, nos mesmos preços ofertados pelo licitante vencedor, fazendo constar em ata.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1. A proposta de preços deverá ser formulada e anexada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.
- 6.1.1. É de inteira responsabilidade do licitante tudo aquilo que for enviado junto ao sistema, assumindo como firme e verdadeiras suas propostas e lances formulados neste Pregão.
- 6.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, ou de sua desconexão.
- 6.3. As propostas que eventualmente contemplem objetos/serviços que não correspondam às especificações contidas neste Edital, serão desconsideradas.
- 6.4. O prazo da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da sessão pública.
- 6.5. Na proposta deverá ser indicado o preço unitário/total, e/ou mensal e global, conforme o caso exigir, sendo os valores expressos em algarismos e por extenso, sendo de total responsabilidade da licitante os preços ofertados.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

6.6. O preço global/total, conforme o caso, deverá incluir todas as despesas com materiais, mão de obra, leis sociais, impostos, taxas, transporte, estadia, emolumentos, cópias etc., que possam incidir na execução dos serviços e/ou fornecimento do produto/objeto do presente certame.

6.7. A apresentação de proposta será considerada como evidência de que o proponente examinou criteriosamente o conteúdo do edital e seus anexos e julgou-os suficientes para a elaboração de proposta voltada ao atendimento do objeto licitado em todos os seus detalhamentos.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de habilitação no presente certame a licitante deverá apresentar, obrigatoriamente e sob pena de inabilitação, os seguintes documentos abaixo relacionados, exclusivamente por meio do sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.1.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

- 7.1.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.1.1.2 <u>No caso de sociedade empresária:</u> ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.1.1.3 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 7.1.1.4 <u>No caso de sociedade simples:</u> inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

- 7.1.1.5 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 7.1.1.6 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

7.1.2. Documentação Relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 7.1.2.1 Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS;
- 7.1.2.2 Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), expedidas pela Receita Federal;
- 7.1.2.3 Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), pela Fazenda Pública Estadual;
- 7.1.2.4 Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), Municipal do domicílio ou sede da licitante.
- 7.1.2.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (conforme Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011).

7.1.3. Documentação Relativa à Regularidade Econômico-Financeira:

7.1.3.1 Certidão negativa de falência, ou concordata, ou recuperação judicial, expedida pelo Ofício Judicial Distribuidor, da Comarca da sede do licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias;

7.1.4. Capacidade Técnica:

7.1.4.1 Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de objeto compatível com o licitado e atestando o bom desempenho do fornecimento.

7.1.5 Documentação complementar:

7.1.5.1 Declaração de Negativa de Inidoneidade e Ausência de Fato Impeditivo para Licitar com o Poder Público, conforme modelo apresentado no Anexo IV, assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

- 7.1.5.2 Declaração referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo apresentado no ANEXO V;
- 7.1.5.3 Declaração referente ao cumprimento do disposto no inciso XII do art. 4º da Lei 10.520/2002, conforme modelo apresentado no ANEXO III;
- 7.1.5.4 Certificado de conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) a fim de comprovação de que o produto atende à NBR 16.071
- 7.1.5.5 Catálogos e/ou folder's explicativos do fabricante, em português, contendo especificações técnicas e características dos produtos ofertados, atendendo as descrições dos itens exigidos no Anexo I Termo de Referência do Edital, e identificando o item neste;
- 7.2. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- 7.3. A documentação que faz prova da regularidade fiscal (art. 29 da Lei nº 8.666/93) poderá ser apresentada mediante documentos extraídos via Internet, cuja aceitação ficará condicionada à verificação de sua autenticidade, pelo acesso ao site do Órgão que os expediu.
- 7.4. As certidões que não tenham prazo de validade expresso terão como válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua emissão.
- 7.5. O licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste instrumento convocatório ou com irregularidades será inabilitada.
- 7.6. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que tiver interesse na utilização dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, deverá apresentar declaração de enquadramento, nos termos do Anexo VI ou Certidão da Junta Comercial.
- 7.7. A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal ou trabalhista, previstos neste edital, em sendo declarada vencedora, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data da declaração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positiva com efeito de certidão negati<u>va.</u>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

7.8. O benefício de que trata o item anterior não eximirá licitante da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.9. A não regularização da documentação, no prazo fixado implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 8.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 8.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, exclusivamente por meio de formulário eletrônico, devidamente registrados no site www.portaldecompraspublicas.com.br, ignorando-se qualquer outra forma de manifestação.
- 8.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis.
- 8.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 8.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser realizados exclusivamente por meio de formulário eletrônico, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, no endereço indicado no Edital.
- 8.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 8.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro estarão disponíveis para consulta no Portal de Compras Públicas.

9. DO JULGAMENTO E DOS RECURSOS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

- 9.1. Finda a etapa de lances e a etapa da renegociação com o pregoeiro, bem como, após a análise técnica dos produtos e dos prospectos/catálogos, o pregoeiro procederá na respectiva classificação das propostas que apresentarem os menores valores, declarando-as vencedoras provisórias e, em ato continuo verificada a documentação de habilitação solicitadas para o certame e, se tudo conforme as declarará habilitadas no certame.
- 9.2. Em ato contínuo, concederá o prazo de, 30 minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando a razão pela qual pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 9.3. Qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente a intenção de recorrer, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, quando então lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso por escrito, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem as contrarrazões, em igual número de dias, estas que, começarão a correr do término do prazo do recorrente.
- 9.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em sessão pública, importará em decadência do direito de recurso, e na adjudicação do objeto, pelo Pregoeiro, ao licitante vencedor.
- 9.5. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo, e o seu eventual acolhimento importará na invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.6. <u>Serão conhecidos os recursos interpostos</u>, dentro dos respectivos prazos legais, somente através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, ignorando-se qualquer outra forma de manifestação.

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

- 10.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
- 10.3. A homologação não implica em direito à contratação.

11. DO CONTRATO E DO TERMO DE COMPROMISSO:

- 11.1. Homologada a licitação, será formalizado o Contrato, nos termos do Anexo II, com o(s) fornecedor(es) melhores classificados, indicando os preços e produtos a serem registrados.
- 11.2. A(s) licitante(s) convocada(s) para, no prazo de até 03(três) dias úteis, contados do recebimento da convocação, assinar (em) o Contrato. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa devidamente aceita pela Administração.
- 11.3. O Contrato deverá ser assinada pelo Representante legal das licitantes.
- 11.4. O Contrato destina-se a subsidiar o acompanhamento de preços.
- 11.5. No Contrato constarão as hipóteses de revisão de preços, do cancelamento do contrato entre outros aspectos referentes à contratação do objeto registrado.

12. DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A despesa decorrente deste procedimento e posterior contratação será deduzida do saldo da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s)/Rubricas:

06.02.2.059.4.4.90.52.34.01.00.00 (3002/2022)

06.02.2.055.4.4.90.52.34.01.00.00 (2975/2022)

- 12.2. O pagamento será realizado respeitando a ordem de classificação dos créditos e listas, e efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da apresentação da nota fiscal ou documento equivalente de cobrança.
- 12.3. Os demais dispositivos disciplinadores do pagamento constam no Anexo II Minuta do Contrato.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

13. FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

13.1. A fiscalização do objeto e o recebimento dos serviços estão disciplinados nos dispositivos constantes no Anexo II – Minuta de contrato.

14. DAS SANÇÕES

- 14.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital, em contrato, em Ata de Registro de Preços e nas demais cominações legais, aquele que:
 - 14.1.1 convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preços;
 - 14.1.2 deixar de entregar documentação exigida no Edital;
 - 14.1.3 apresentar documentação falsa;
 - 14.1.4 não mantiver a proposta pelo prazo de no mínimo 60 dias;
 - 14.1.5 comportar-se de modo inidôneo;
 - 14.1.6 fizer declaração falsa; ou
 - 14.1.7 cometer fraude fiscal.
- 14.2. No caso de não assinatura da Ata ou Contrato no prazo fixado, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do respectivo Contrato e/ou Ata de Registro de Preços.
- 14.3. O inadimplemento das obrigações ensejará a aplicação das sanções previstas, conforme disposto na minuta contratual e/ou, na Ata de Registro de Preços, assim como as sanções previstas na legislação vigente.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Qualquer licitante poderá solicitar vistas relativamente ao processo em questão, no Setor de Licitações do Centro Administrativo Municipal, sito a Avenida Independência, nº 800 - Centro - Campo Bom/RS, entre as 12h30min e 18h30min, de segunda a quinta-feira, e das

Visto



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

07h30min às 13h30min nas sextas-feiras ou através do telefone (51)3598-8690 ou ainda através do site www.campobom.rs.gov.br e endereço eletrônico licitacoes@campobom.rs.gov.br .

- 15.2. Independentemente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica aceitação tácita das condições estipuladas neste instrumento, decaindo o direito de impugnar os seus termos a licitante que, tendo-o aceito sem objeções, vier, após julgamento desfavorável, conforme previsto no parágrafo 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93.
- 15.3. O Pregoeiro e Equipe de Apoio, no interesse da Administração, poderão relevar omissões puramente formais observadas na documentação de habilitação e proposta de preços, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do procedimento e fiquem atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.
- 15.4. Na divergência de valores expressos entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos; entre preços unitários e totais, os primeiros.
- 15.5. O Pregoeiro e Equipe de Apoio ou ainda a autoridade superior poderá valer-se de pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.
- 15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos referidos neste Edital em dia de expediente do Município e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 15.7. No caso de alteração neste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização da licitação, o prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 15.8. São anexos deste Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Minuta de Contrato ;

Anexo III – Declaração em atendimento ao disposto no inciso VII, do artigo 4º, da lei nº 10.520;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Anexo IV; Modelo de declaração de negativa de inidoneidade e ausência de fato impeditivo para licitar com o poder público;

Anexo V - – Modelo de Declaração do art. 7º, XXXIII da CF

Anexo VI – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;

Anexo VII- Modelo de Proposta.

16. DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Bom - RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação, da Ata de Registro de Preços e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Luciano Libório Baptista Orsi Prefeito Municipal

> Guilherme Schubert Schmidt Assessor Jurídico OAB/RS 116.015



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO № 020/2022

TERMO DE REFERÊNCIA

- **1.0. OBJETO:** O presente Pregão tem por objeto a a aquisição de brinquedos externos (Playground) para a modalidade de ensino creche e pré-escola para as Escolas Municipais de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, Estrelinha Azul e Guilhermina Blos que estão em fase de conclusão das obras.
- **2.0. JUSTIFICATIVA**: A aquisição dos brinquedos de pátio contribuirá de forma efetiva no contexto da ampliação e reforma das Escolas, sendo de suma importância os investimentos na organização dos espaços escolares em prol da qualidade e do atendimento às crianças.

DESCRIÇÃO DOS ITENS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	Balanço adaptado para 1 pessoa: Cadeirante e 01 pessoa não	01
	cadeirante. Balanço frontal com capacidade de no mínimo 180kg.	
	As estruturas devem ser em aço reforçado, a pintura deve ser em	
	esmalte industrial e fundo anticorrosivo, para maior durabilidade	
	do produto, o suporte da cadeira de rodas deverá ser envolvido por	
	tubos de aço e ter travas de segurança, o balanço deverá ter um	
	rebaixamento para a entrada da cadeira de rodas, o movimento do	
	balanço deverá ser feito através de tubos de aço para ordenar o	
	mesmo, o piso do suporte deverá ser em madeira maciça ou aço.	
	Medidas aproximadas 2,50m de comprimento x 1,30 m de largura x	
	2,00 m de altura	
02	Playground mini	02
	Descrição: Fabricado em madeira nobre, com parafusos galvanizados e pintura em PU. Contendo: 01 plataforma aberta com 68,00 cm de altura; 01 escorregador medindo 1,10m; 1 rampa de tacos medindo 76,00 cm, 01 balanço cadeirinha e 01 balanço tábua. Pintura PU Automotiva. Comprimento:2,70m	

Visto Assessoria Jurídica 15



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	Largura:2,35m	
	Altura: 1,45m	
	Cores amarelo, azul e vermelho	
03	Playground grande	02
	Descrição: em madeira nobre, com parafusos e correntes galvanizados, contendo os seguintes brinquedos: 01 escorregador, 01 gangorra, 01 escada horizontal, 01 balanço de pneu, 01 par de argolas, 01 brinquedo vai e vem, 01 barra , 01 banquinho de balanço, 01 escada vertical, 01 corda com nós, 01 ferro para escorregar tipo "bombeiros", e 01 casa tarzan com cobertura em telhas e cercada por cordas. Pintura PU Automotiva. Comprimento:4,70m Largura:2,30m Altura: 2,70m	
	Cores amarelo, azul e vermelho	
04	Gira gira carrossel	03
	Descrição: Fabricado em tubos de 4,5" x 2,65 mm ; 2,5" x 2,65mm ; 7"/8 x 2,00 mm e assentos em madeira de itaúba, fixados com parafuso francês zincado, possuindo um rolamento côncavo de 60,00 mm e outro blindado de 25,00 mm. Pintura PU Automotiva e fundo anticorrosivo. Diâmetro: 1,94m Altura: 1,00m Cores azul, vermelho e amarelo	
05	Gangorra tripa	06
	Descrição: Fabricada com tubos de aço de 2" x 2,65 mm e de 7"/8 x 2,00 mm e madeira nobre de 2,40 m de comprimento x 0,20 m de largura x 3,00 cm de espessura e parafuso zincado de 1"/2 x 9". Pintura PU Automotiva e fundo anticorrosivo. Comprimento:2,40m Largura:2,50m Altura: 0,65m	
	Cores azul, vermelho e amarelo	
06	Conjunto 3 em 1	03
	Descrição: Composto por 01 balanço de 02 lugares, fabricado em tubo de 2" x 2,65 mm e 1" 1/2" x 2,65 mm, correntes zincadas e 02 assentos tipo simples em madeira nobre, 01 escorregador com calha de 3,00 m e chapa nº 18, com tubo 7"/8 e barra chata 1"/8 x 1" e escada em tubo metalon de 20,00 mm x 40,00 mm x 2,00 mm, degraus em tubo metalon 20,00 mm x 40,00 mm x 2,00 mm e corrimão de 7"/8 x 2,00 mm, 01 pá de gangorra em madeira nobre de 2,00 m de comprimento x 20,00 cm de largura x 3,00 cm de	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	espessura, com pega mão de tubo de 7"/8 e parafuso 1,5" x 9" zincado e estrutura em tubo de 2" x 2,65 mm. Pintura PU Automotiva e fundo anticorrosivo. **A PRANCHA DO ESCORREGADOR FABRICADA EM MADEIRA.** Comprimento: 3,90m Largura:3,70m Altura: 2,50m Cores azul, vermelho e amarelo	
07	Escorregador em estrutura metal com prancha em madeira. Descrição: Fabricado com a zona de escorregamento em madeira nobre com 2,80 m de comprimento x 40,00 cm de largura x 15 cm de altura, pintado com tinta esmalte transparente marítimo, montado com parafusos zincados. Possui o pé em tubo 7"/8 escada em tubo metalon de 20,00 mm x 40,00 mm x 2,00 mm, degraus em tubo metalon de 20,00 mm x 40,00 mm x 2,00 mm e corrimão em tubo 7"/8 x 2,00 mm. Comprimento: 3,70m Largura: 1,20m Altura: 2,00m.	02
00	Cores azul, vermelho e amarelo	04
08	Balanço de quatro lugares – Medidas aproximadas comprimento 4,70 m largura 1,50 m e altura 2,20 m	U 4
	Fabricado com tubo de aço 2" x 2,65 mm e 1,5" por 2,65 mm com quatro assentos em madeira nobre, correntes galvanizadas com fixadores para maior segurança evitando o desgaste nos elos da corrente. Pintura PU automotivo fundo anticorrosivo.	

3.1. A CONTRATADA, na prestação do serviço do objeto licitado, deverá observar:

- 3.1.1 entregar o objeto licitado conforme especificações constantes no item 4.0 do anexo I termo de referência deste edital, em consonância com a proposta de preços e quantidades solicitadas pelo Município;
- 3.1.2 arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, sem qualquer acréscimo no preço proposto ou reivindicação de pagamento complementar;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

- 3.1.3 a montagem dos brinquedos é por conta do fornecedor, sem custo ao município;
- 3.1.4 deverá apresentar certificado de conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) comprovando que o produto entregue atende as normas técnicas da ABNT e NBR 16.071.
- 3.1.5 deverá fornecer garantia de 01 ano contra defeitos de fabricação;

4.0. PRAZO, LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 4.1. O prazo de entrega dos brinquedos é de 30 dias a contar do recebimento da Nota de Empenho;
- 4.2 Os locais a serem entregues são os seguintes:
 - 4.2.1 EMEI Guilhermina Blos Rua Dolores De Caldas, 184 Celeste, Campo Bom RS, 93700-000 Telefone: (51) 3598-4210
 - 4.2.2 EMEI Estrelinha Azul R. Alvorada, 2255 Ipiranga, Campo Bom RS, 93700-000 -

Telefone: (51) 3597-3338

4.2.3 EMEI Chapeuzinho Vermelho – R. Guilherme Kondorfer, 230 - 25 de Julho, Campo

Bom - RS, 93700-000 - Telefone: (51) 3597-1633

5.0 DA FISCALIZAÇÃO:

5.1 A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada, pela responsável Cristiane Muller, CPF 896530760-00, Matrícula 5331.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO II

PREGÃO EL	ETRÔNICO № 020/2022			
MINU	MINUTA DE CONTRATO			
CONTRATO N.º/2022				
201111111111111111111111111111111111111				
	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE			
	FIRMAM O MUNICÍPIO DE CAMPO BOM			
	E autorizado			
	através do Processo nº 076/2022.			
NOME E QUAL	LIFICAÇÃO DAS PARTES			
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO E	BOM, entidade de Direito Público interno, inscrito no			
CNPJ sob o n.º 90.832.619/0001-55, sed	iado na Avenida Independência, nº 800, Campo Bom,			
RS, neste ato representado por seu Pi	refeito Municipal, Sr. Luciano Libório Baptista Orsi,			
doravante designado simplesmente MUN	NICÍPIO;			
CONTRATADA:	, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no			
CNPJ sob nº, com sede na	Rua / Av, neste ato representada			
por seu, Sr,	portador da carteira de identidade nº,			
e CPF/MF nº doravante desi	ignado simplesmente CONTRATADA .			
Pelo presente, as partes acima qualific	cadas, doravante somente designadas MUNICÍPIO e			
CONTRATADA, resolvem celebrar o prese	ente contrato, decorrente do procedimento licitatório			
na modalidade de Pregão Eletrônico n	n.º020/2022 em consonância com a Lei Federal nº			
8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Dec	creto Federal n.º 10.024/19 e demais normas legais			
que regem a espécie, às quais as partes :	se obrigam nas condições estabelecidas nas cláusulas			

a seguir declinadas:

Visto Ssessoria Jurídica

19



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a aquisição de brinquedos playground para Escolas de Educação Infantil do Município, conforme descrito no Anexo I - Termo de Referência, que é parte integrante deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **2.1.** Executar o objeto contratado, fornecendo e instalando os brinquedos, de acordo com as especificações técnicas contidas no termo de referência e nos seus Anexos, bem como aquelas contidas na Proposta Comercial da CONTRATADA.
- **2.2.** Indenizar eventuais danos causados à imagem do MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do objeto contratado, praticados durante a execução do mesmo.
- **2.3.** Realizar entrega do(s) objeto(s) conforme especificações e quantidades constantes na íntegra do Termo de Referência e em consonância com a proposta.
- **2.4.** Responsabilizar-se pela segurança e o transporte dos itens, observando que qualquer acidente ou incidente durante a carga, transporte e/ou descarga destes, serão de responsabilidade total da contratada;
- **2.5.** Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **2.6.** Providenciar a imediata correção de qualquer deficiência apontada pelo responsável pela fiscalização do Contrato.
- **2.7.** Observar que o(s) item(ns) deverá(ão) atender aos padrões exigidos pelo mercado e estar de acordo com a descrição técnica do termo de referência, sendo inteiramente novo, jamais utilizado para qualquer fim, incluindo testes, e em perfeito estado de conservação.
- **2.8.** Responsabilizar-se pela eventual escassez do objeto no mercado.
- **2.9.** Manter os profissionais que atuarem na prestação do objeto contratado, devidamente identificados, bem como, com Equipamentos de Proteção Individual EPI, se for o caso.
- **2.10.** Responsabilizar-se pela montagem dos brinquedos, sem custo ao município;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

- **2.11.** Além das obrigações gerais acima descritas, a CONTRATADA deverá observar as responsabilidades previstas no Anexo I Termo de Referência.
- **2.12.** Indicar representante legal junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, ao qual a mesma irá recorrer em caso de dúvidas, esclarecimentos e soluções;
- **2.13.** Comunicar, ao Fiscal do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade, bem como comunicar prontamente a eventual impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, adotando as medidas cabíveis.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- **3.1.** Efetuar os pagamentos devidos pela execução do objeto do Contrato, de acordo com o disposto na Cláusula Nona do presente Instrumento.
- **3.2.** Permitir o acesso do pessoal da CONTRATADA no local de execução do objeto contratado, se for o caso, colaborando para a tomada de medidas necessárias à prestação dos mesmos.
- **3.3.** Indicar servidor seu ou profissional contratado para a execução da fiscalização do cumprimento das obrigações do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO/RUBRICA

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias/Rubricas:

06.02.2.059.4.4.90.52.34.01.00.00 (3002/2022)

06.02.2.055.4.4.90.52.34.01.00.00 (2975/2022)

5.2. As despesas decorrentes deste procedimento, a se vencerem no exercício de 2022, constarão da pertinente Lei de Orçamento.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

6.1. Não serão exigidas garantias no presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO

7.1. Na execução do objeto a CONTRATADA se obriga a fornecer os itens na quantidade e eventos previstos no Anexo I - Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

- **8.1.** O preço total a ser pago pelo MUNICÍPIO, referente à execução do objeto especificado na Cláusula I deste Instrumento, é de R\$(....).
- **8.2.** Incluídos no preço estão todos os impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias (inclusive as relativas a acidentes de trabalho), fiscais e comerciais, assim como despesas com transporte, seguro, obtenção de registros e/ou licenças.
- **8.3.** Transcorrido o período mínimo de 1 (um) ano de vigência contratual, o presente contrato poderá ser reajustado, utilizando-se como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mantido pelo IBGE, durante período.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

- **9.1.** O pagamento da contraprestação devida dar-se-á em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega, na Tesouraria do Centro Administrativo Municipal, pela contratada, até o último dia útil do mês da competência, dos seguintes documentos:
- a) da pertinente nota fiscal, visada pelo Serviço de Fiscalização do Município;
- **9.2.** Tendo sido impostas penalidades à CONTRATADA, em decisão administrativa transitada em julgado, o valor será descontado do pagamento devido.
- **9.2.1.** Em caso de pagamentos mensais, o limite máximo mensal de desconto será de 10% (dez por cento) do valor da nota fiscal, a cada mês, até que se liquide integralmente.
- **9.3.** Em caso de devolução da nota fiscal por alguma irregularidade, o prazo para pagamento recomeçará o respectivo curso a contar da data da reapresentação da nota fiscal, escoimada de vícios, sem qualquer acréscimo a título de juros e/ou correção monetária.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

- **10.1.** Na vigência do Contrato, a CONTRATADA pela inexecução total ou parcial do objeto licitado, estará sujeita às seguintes penalidades previstas no art., 87, da Lei nº 8.666/93:
- 10.1.1. advertência;
- **10.1.2.** aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor contratado, considerando a gravidade dos fatos, nos seguintes casos:
- **a)** quando objeto não for executado de acordo com as especificações da proposta apresentada, dos projetos e do Contrato, ou houver negligência na execução do objeto contratado;
- **b)** quando a CONTRATADA se negar a corrigir deficiências ou refazer o que for solicitado pelo MUNICÍPIO;
- c) pela inexecução parcial do que foi contratado;
- d) pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente.
- e) 0,2% por dia de atraso, limitado a 20% do valor global do contrato;
- 10.1.3. suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- **10.1.4.** declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, sem prejuízo do que estipulam os arts. 87 e 88 e incisos da Lei Federal nº 8.666/93.
- **10.2.** A não observância dos quantitativos mínimos para a realização do objeto contratado também implicará na multa supra referida.
- **10.3.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- **10.4.** Na aplicação das sanções administrativas será utilizado o previsto na Lei Federal n. 8.666/93, garantindo a defesa e admitidos os recursos previstos, garantida a ampla defesa e o contraditório.
- **10.5.** A imposição de penalidades não impede a concomitante rescisão contratual.







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

- **11.1.** A rescisão do presente contrato poderá se dar, somente, nos seguintes casos:
- **11.1.1.** por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO, nos casos previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no que couber;
- **11.1.2.** por acordo entre as partes, a qualquer tempo, recebendo a CONTRATADA, nesta hipótese, o valor dos serviços que executar até a data da ordem de paralisação;
- **11.1.3.** pelo MUNICÍPIO, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA direito a indenização, quando esta:
- a) não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;
- b) não recolher no prazo determinado as multas impostas, e
- c) transferir o contrato a terceiros, no todo ou em parte;
- **11.1.4.** judicialmente, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESPONSABILIDADES

- **12.1.** A contratada responsabilizar-se-á integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados, independente a quem seja, sofridos em razão de ação ou omissão sua na prestação dos serviços, garantindo ao Município direito regressivo por tudo o que tenha que despender em sendo responsabilizado, incluindo honorários periciais, advocatícios e custas processuais.
- **12.2.** A contratada também se responsabiliza, isolada e integralmente, por todos os encargos trabalhistas, fundiários e previdenciários, cíveis e criminais decorrentes dos contratos de trabalho e/ou cíveis que firmar para a consecução dos objetos, sendo assegurado direito regressivo na forma do item anterior.
- **12.3.** A contratada responsabilizar-se-á ainda, isolada e exclusivamente, pelo seguinte:
- a) despesas e providências necessárias à prestação dos serviços, pagamento de seguro de responsabilidade civil, e pagamento das multas eventualmente aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, em consequência de fato a contratada e/ou ao





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

respectivo pessoal imputável;

- b) obtenção de todas as licenças e franquias necessárias aos serviços que contratar, pagamento dos emolumentos definidos na legislação e observando todas as leis, regulamentos e posturas referentes aos serviços;
- c) observância de todas as leis, regulamentos e posturas referentes ao objeto contratado;
- **d)** quaisquer acidentes no trabalho de execução dos serviços contratados, por uso de patentes registradas, por danos resultantes de caso fortuito ou força maior, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

- **13.1.** O Município designará o Fiscal de contrato Sra. Cristiane Muller, devidamente habilitado a tanto, para exercer ampla, cotidiana e rotineira fiscalização dos serviços.
- **13.2.** A Fiscalização ora referida não eximirá a CONTRATADA de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens e equipamentos do Município sob sua guarda, seja relativamente a danos sofridos por empregados e/ou prepostos seus, integrantes da Administração Municipal e/ou terceiros.
- **13.3.** A CONTRATADA deverá planejar a correta execução do contrato juntamente com a Fiscalização do MUNICÍPIO, devendo acatar todas e quaisquer determinações da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES:

14.1. A contratada fica obrigada a aceitar, por idênticos preços e nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do que for inicialmente pactuado, mediante regular aditamento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto deste Contrato, exceto se formalmente autorizada pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

16.1. Situações não previstas expressamente, se incidentes, serão reguladas pelo contido na Lei Federal 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93, e alterações subsequentes, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.

16.2. Todas as comunicações, relativas ao presente Contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por carta protocolada ou fax, na sede dos Contratantes ou no e-mail informado no procedimento licitatório.

16.3. A CONTRATADA informa o e-mail para que o MUNICÍPIO realize intimações, notificações e comunicações sobre a execução contratual, devendo a CONTRATADA manter o mesmo devidamente atualizado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Campo Bom, RS.

E, assim, por estarem de acordo com os termos do presente instrumento, após lido e achado conforme, ambas as partes o assinam na presença das testemunhas abaixo, extraindo-se as cópias necessárias à sua execução, nos termos previstos na legislação vigente.

Campo Bom,	de	_de	
LUCIANO LIBÓRIO BA Prefeito Munici			Contratada
TESTEMUNHAS:			

Guilherme Schubert Schmidt Assessor Jurídico OAB/RS 116.015





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO № 020/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO – INCISO VII, DO ARTIGO 4º, DA LEI № 10.520

Objeto: O presente Pregão tem por objeto a aquisição de brinquedos playground para Escolas de Educação Infantil do Município, conforme descrito no Anexo I - Termo de Referência, que é parte integrante deste edital.

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei nº 10.520, de 17.07.2002, declaramos que a
empresa, CNPJ
nº cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos
no Pregão Eletrônico nº/
de de 2022.
Assinatura do Representante Legal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO № 020/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, que a **(Razão Social da Licitante)** não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos da Lei n° 8.666/93.

	, em	de	de	·
······································		do(s) represent	ante(s) legal(is) da emp	

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO № 020/2022	
MODELO DE DECLARAÇÃO DO ART. 7º, XXXIII DA CF	

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, combinado ao inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666/93, que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da	a verdade, firr	namos a prese	ente.		
	, em	de		de	·
Razão Social:					_
Nome completo e a					





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO № 020/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP

DECLARAÇÃO

A empresa,	, inscrita no CNPJ sob o nº	, por intermédio de seu
representante legal,	Sr(a),	portador(a) da Carteira de
Identidade n.º	e do CPF n.º	
havendo nenhum do Complementar nº 123	QUADRA como Microempresa ou Empos impedimentos previstos nos incisos /2006. ue está apto a utilizar-se dos benefícios p	s do § 4º do art. 3º da Lei
Lei Complementar n.º	123/2006. ciente das SANÇÕES que lhe poderão se	or importas, conformo disposto
	e no art. 299 do Código Penal, na hipo	
	, em de	de
Razão Social:		
Nome completo e assi	natura do(s) representante(s) legal(is) da	





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO № 020/2022
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À				
Prefeitura Municipal de Cam _l	po Bom			
Av. Independência, 800 - Cen	ntro – Campo Bom - RS			
Referente: Licitação Modalid	ade Pregão №/, Abertu	ra de ˌ	de	àshm.
Proponente:				
a) Razão Social				
b) Endereço				
c) Telefone	E-mail			
d) CNPI:				

Assunto: PROPOSTA MD Pregoeiro

Ilmos. Senhores da Equipe de Apoio

Vimos apresentar por intermédio desta, a nossa proposta para fornecimento de:

ITEM DESCRIÇÃO PRODUTO UNID QTDE UNIT. TOTAL 01 Balanço adaptado para 1 pessoa: Cadeirante e 01 pessoa não cadeirante. Balanço frontal com capacidade de no mínimo 180kg. As estruturas devem ser em aço reforçado, a pintura deve ser em esmalte industrial e fundo anticorrosivo, para maior durabilidade do produto, o suporte da cadeira de rodas deverá ser envolvido por tubos de aço e ter travas de segurança, o balanço deverá UN 01 ter um rebaixamento para a entrada da cadeira de rodas, o movimento do balanço deverá ser feito através de tubos de aço para ordenar o mesmo, o piso do suporte deverá ser em madeira maciça ou aço. Medidas aproximadas 2,50m de comprimento x 1,30 m de largura x 2,00 m de altura 02 Playground mini Descrição: Fabricado em madeira nobre, com parafusos galvanizados e pintura em PU. Contendo: 01 plataforma UN 02 aberta com 68,00 cm de altura; 01 escorregador medindo 1,10m; 1 rampa de tacos medindo 76,00 cm, 01 balanço cadeirinha e 01 balanço tábua. Pintura PU Automotiva. Comprimento:2,70m

31





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	Largura:2,35m			
	Altura: 1,45m			
	Cores amarelo, azul e vermelho			
03	Playground grande			
	Descrição: em madeira nobre, com parafusos e correntes galvanizados, contendo os seguintes brinquedos: 01 escorregador, 01 gangorra, 01 escada horizontal, 01 balanço de pneu, 01 par de argolas, 01 brinquedo vai e vem, 01 barra , 01 banquinho de balanço, 01 escada vertical, 01 corda com nós, 01 ferro para escorregar tipo "bombeiros", e 01 casa tarzan com cobertura em telhas e cercada por cordas. Pintura PU Automotiva. Comprimento:4,70m Largura:2,30m Altura: 2,70m	UN	02	
	Cores amarelo, azul e vermelho			
04	Gira gira carrossel			
	Descrição: Fabricado em tubos de 4,5" x 2,65 mm ; 2,5" x 2,65mm ; 7"/8 x 2,00 mm e assentos em madeira de itaúba, fixados com parafuso francês zincado, possuindo um rolamento côncavo de 60,00 mm e outro blindado de 25,00 mm. Pintura PU Automotiva e fundo anticorrosivo. Diâmetro: 1,94m Altura: 1,00m Cores azul, vermelho e amarelo	UN	03	
05	Gangorra tripa			
	Descrição: Fabricada com tubos de aço de 2" x 2,65 mm e de 7"/8 x 2,00 mm e madeira nobre de 2,40 m de comprimento x 0,20 m de largura x 3,00 cm de espessura e parafuso zincado de 1"/2 x 9". Pintura PU Automotiva e fundo anticorrosivo. Comprimento:2,40m Largura:2,50m Altura: 0,65m	UN	06	
	Cores azul, vermelho e amarelo			
06	Conjunto 3 em 1			
	Descrição: Composto por 01 balanço de 02 lugares, fabricado em tubo de 2" x 2,65 mm e 1" 1/2" x 2,65 mm, correntes zincadas e 02 assentos tipo simples em madeira nobre, 01 escorregador com calha de 3,00 m e chapa nº 18, com tubo 7"/8 e barra chata 1"/8 x 1" e escada em	UN	03	Visto T



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

	VALOR TOTAL			R\$	
	Fabricado com tubo de aço 2" x 2,65 mm e 1,5" por 2,65 mm com quatro assentos em madeira nobre, correntes galvanizadas com fixadores para maior segurança evitando o desgaste nos elos da corrente. Pintura PU automotivo fundo anticorrosivo.	UN	04		
	Medidas aproximadas comprimento 4,70 m largura 1,50 m e altura 2,20 m				
08	balanço de quatro lugares –				
	Cores azul, vermelho e amarelo				
	Descrição: Fabricado com a zona de escorregamento em madeira nobre com 2,80 m de comprimento x 40,00 cm de largura x 15 cm de altura, pintado com tinta esmalte transparente marítimo, montado com parafusos zincados. Possui o pé em tubo 7"/8 escada em tubo metalon de 20,00 mm x 40,00 mm x 2,00 mm, degraus em tubo metalon de 20,00 mm x 40,00 mm x 2,00 mm e corrimão em tubo 7"/8 x 2,00 mm. Comprimento: 3,70m Largura: 1,20m Altura: 2,00m.	UN	02		
07	Escorregador em estrutura metal com prancha em madeira.				
	Cores azul, vermelho e amarelo				
	Comprimento: 3,90m Largura:3,70m Altura: 2,50m				
	A PRANCHA DO ESCORREGADOR FABRICADA EM MADEIRA.				
	tubo metalon de 20,00 mm x 40,00 mm x 2,00 mm, degraus em tubo metalon 20,00 mm x 40,00 mm x 2,00 mm e corrimão de 7"/8 x 2,00 mm, 01 pá de gangorra em madeira nobre de 2,00 m de comprimento x 20,00 cm de largura x 3,00 cm de espessura, com pega mão de tubo de 7"/8 e parafuso 1,5" x 9" zincado e estrutura em tubo de 2" x 2,65 mm. Pintura PU Automotiva e fundo anticorrosivo.				
	tule			1	

Cumpre-nos informar-lhes ainda que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta.







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

E em consonância aos referidos documentos, declaramos:

- **1 -** Que estamos cientes e concordamos com os Termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da minuta do contrato em anexo;
- **2 -** Que o prazo de validade da presente proposta, contados a partir da data de abertura do conjunto proposta, é de 60 (sessenta) dias;
- **3** Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os encargos, principalmente os impostos e ou descontos ou vantagens, e frete para a entrega dos materiais.
- 4 Indicação do representante legal que assinará a Ata de Registro de Preços;

Obs.: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes no edital.

Local e Data	
Nome, Assinatura e Carimbo da Empresa.	